

O conflito das Lavras do Abade: um enclave industrial no Brasil rural novecentista.

The conflict of Lavras Abbot: an industrial enclave in rural Brazil nineteenth century.

Diogo M. Costa*

Resumo: O texto apresenta o conflito ocorrido entre uma vila de mineradores chamada Lavras do Abade e um arraial de fazendeiros chamado Meia Ponte no centro-oeste brasileiro. Primeiramente, são estabelecidas algumas estruturas e conjunturas sobre o contexto histórico e a historiografia do período e local. Segundo, o relato do conflito é recontado através da interpretação da documentação histórica sobre o evento. Por fim, é realizada uma análise sobre o conflito, e entre um nascente capitalismo estrangeiro em uma oligarquiaagrária regional no final do século XIX.

Palavras-Chave: Conflito Ambiental, Século XIX, Arqueologia Histórica.

Abstract: The paper presents the conflict occurred between mining village called Lavras Abbot and camp of farmers called Half Bridge in central-western Brazil. First, set some structures and situations on the historical context and the historiography of the period and location. Second, the story of the conflict is retold through the interpretation of historical documentation about the event. Finally, an analysis of the conflict is performed, and between a rising foreign capitalism in a regional “oligarquiaagrária” in the late nineteenth century.

Keywords : Environmental Conflict, Nineteenth Century , Historical Archaeology .

Introdução

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA/UFPA, dmcosta@ufpa.br

Em 1887, a vila mineradora das Lavras do Abade no centro-oeste brasileiro foi atacada durante três dias e duas noites pela população do arraial de Meia Ponte, hoje cidade de Pirenópolis. O conflito segundo as narrativas locais foi em consequência da poluição da água do Rio das Almas, curso d'água que nasce na Serra dos Pirineus e corta a cidade. Porém, pesquisas históricas, arqueológicas, antropológicas e ambientais na área revelam que a causa do incidente também ocorreu pela competição econômica e disputas políticas na região (Costa, 2003; Costa, 2006; Costa, 2010; Costa, Diogo M., 2011b; a; Costa, Diogo Menezes, 2011; Costa, 2012; 2012 (no prelo); Costa, 2013 (no prelo); 2014 (in press)). O texto aqui apresentado pretende abordar um destes aspectos, revelando as narrativas do conflito através do estudo historiográfico de documentos primários e secundários.

Inúmeras revoltas ocorreram no período do Brasil Imperial, como a Cabanagem no Pará, Balaiada no Maranhão, Praieira em Pernambuco, Malês e Sabinada na Bahia e Farroupilha no Rio Grande do Sul, todas estas com caráter social. Entretanto, nenhum destes ou outros conflitos de cunho político ou econômico da época tiveram a origem, desenvolvimento ou legado como o ocorrido nas Lavras do Abade em 1887. O incidente foi uma subversão singular no centro-oeste brasileiro do final do século XIX, pois pela primeira vez no Brasil uma comunidade rural foi mobilizada contra uma iniciativa privada em decorrência da poluição das águas.

O século XIX foi também o período de maior expansão do imperialismo europeu, os conceitos de civilização e cultura afetaram drasticamente as sociedades colonizadas. Tudo isso orquestrado por mecanismos de reprodução das relações de poder que modificavam não só as estruturas e conjunturas da época, mas também a vida cotidiana das pessoas. Novas doutrinas sociais, filosóficas e científicas, padrões de comportamento e higiene eram incorporados, assim como os valores Franco-Ingleses pelas elites brasileiras (Needell, 2006; 2010).

A história do século XIX brasileiro é um período complexo de transformações dinâmicas, passando de regime monárquico suportado pelo trabalho escravo para um governo republicano baseado no trabalho livre. Entretanto, o século XIX no Brasil é também marcado por uma base de produção comum, porque a elite dominante está alicerçada sobre a mesma base econômica, ou seja, as plantações de café no Rio de

Janeiro e depois São Paulo. Portanto, é neste Brasil agrário do século XIX que emerge um conflito ideológico representado pela contraposição entre desenvolvimento e preservação dos recursos naturais, disputado entre oligarquias e classes. Porém, antes de entrarmos em detalhes sobre o ocorrido é necessário primeiro fazermos uma breve retrospectiva sobre as estruturas e conjunturas presentes neste período de mudanças que é o século XIX brasileiro.

Estruturas Empreendedoras do Brasil Novecentista

Alguns historiadores têm atribuído as reformas políticas e econômicas do século XIX no Brasil a influência de ideias estrangeiras como o Abolicionismo, Darwinismo Social, Spencerismo e Positivismo; enquanto outros veem estas reformas como produto de conflitos mais gerais entre o urbano e o rural, ou entre grupos modernos e tradicionais (E. V. da Costa, 1993). Contudo, a influência dos segmentos industriais na esfera sociopolítica torna-se bastante clara com a criação de grupos nacionais interessados em ferrovias, bancos, companhias de imigração e utilidades públicas.

A indústria brasileira no século XIX foi marcada por um tímido início a partir da chegada da família real ao Brasil, que vai ter na criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1827 e na promulgação da tarifa Alves Branco em 1844 seu apogeu. Esta tarifa permitiu a cobrança de taxas sobre produtos importados produzidos no Brasil e incentivou a indústria nacional. Por outro lado, é com as ações pioneiras como as do Visconde de Mauá na segunda metade do século XIX, que os transportes ferroviários e fluviais vão ter grandes estímulos (Chiochetta, Hatakeyama *et al.*, 2004).

No final do século XIX, temos um significativo crescimento na indústria nacional, capitaneado pela indústria têxtil, que substituiu a importação inglesa de tecidos mais grosseiros de algodão. Um dos principais fatores de investimento no setor industrial do período foram as consequentes mudanças cambiais dos mil-réis frente à libra, pois com o encarecimento das importações a produção interna de bens era valorizada e no contrário a compra de maquinários externos era então priorizada (Versiani e Suzigan, 1990). Porém, a inexistência de mercado consumidor interno no Brasil, e a falta de capital, transporte e mão-de-obra só foram completamente superadas no início do século XX (Peinado, Aguiar *et al.*, 2007).

Sobre a nascente industrialização do final do século XIX a maior característica da indústria na América Latina, e em especial no Brasil na época era a constante falta de inovação tecnológica e difusão de conhecimento. Durante longos períodos a tecnologia vinha sendo transferida de países mais desenvolvidos para países menos desenvolvidos, assim a falha não estava em simplesmente copiar a última tecnologia inventada, mas sim em gerar as próprias inovações o que mudaria o estado de dependência tecnológica constante do estrangeiro(Eakin, 2002).

Entretanto, o desenvolvimento econômico de países menos desenvolvidos necessariamente não seguiam os mesmo parâmetros dos países desenvolvidos na época. No ambiente empreendedor rural no século XIX, a economia brasileira era semelhante a um arquipélago. Um arquipélago, pois próximo às áreas centrais de produção de açúcar e ouro existiam economias adjacentes de gado e plantações todas conectadas pelos rios. Contudo deve-se notar que estas economias eram extremamente exportadoras e portanto dependentes também do mercado externo(Birchal, 1999).

É interessante lembrar que neste contexto empreendedor do século XIX a corte não exercia um papel importante. O imperador era ao mesmo tempo exemplo e consequência da monarquia brasileira, mas este ficava resguardado da maioria das disputas políticas e econômicas que ocorriam. Por outro lado, a relação da corte com o capital estrangeiro também não era uma regra; pois no período, os grandes investimentos estruturais foram realizados pelos fazendeiros paulistas, a fim de modernizar seu complexo exportador de café, como a inserção do trabalho livre e a criação de um mercado interno(Barman, 1999).

Cabe notar também, que a falta de uma política industrial por parte da corte era uma estratégia de sobrevivência, pois com a antiga oligarquia rural alicerçada no trabalho escravo, as novas relações sociais que um capitalismo moderno exigia eram impraticáveis. No final do século XIX no Brasil teve que lidar com duas questões fundamentais para o fim da monarquia no Brasil, o fim da escravidão e início da república(Barman, 2002). Mesmo que a abolição tenha sido uma revolução “branca” da corte, esta acabou não sendo tão sentida por parte dos incipientes industriais brasileiros, pois a iniciativa já vinha tendo efeito com a substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes(Conrad, 1972).

Portanto, se a corte não exercia uma política constante na industrialização do país, e as poucas ações eram levadas a cabo por diferentes grupos – nacionais e estrangeiros – cada um com um agenda específica, uma constante era seguida neste turbilhão econômico e político de motivações: a patronagem. A patronagem no Brasil do século XIX era um teatro e pode ser definida como uma forma específica de garantir proteção, posições oficiais e outros favores em troca de lealdade política e pessoal (Graham, 1990). De outro lado é através do coronelismo que a máquina política e econômica era ligada ao poder rural e ao sistema de patronagem em todas as esferas, local, regional e nacional (Bieber, 1999).

O conflito das Lavras do Abade foi por sua vez um ato de coronelismo, perpetuado pela oligarquia agropastoril de Meia Ponte contra as atividades empreendedoras do capital estrangeiro e na ausência do poder central. Desta forma, o conflito ocorrido nas Lavras do Abade foi também uma manifestação destas estruturas sobre o cotidiano rural do centro-oeste brasileiro no final do século XIX. Quando um empreendimento industrial minerador com capital estrangeiro e mão de obra livre tenta se estabelecer em uma economia agrícola, regrada pela patronagem, coronelismo e escravismo.

Conjunturas Históricas do Goiás Novecentista

A história de Goiás foi sempre amplamente associada à história da extração do ouro no sertão brasileiro. A exploração de ouro em Goiás inicia no século XVII com os bandeirantes paulistas foi responsável pelo avanço da colonização provavelmente um século antes de outras regiões no Brasil. A sociedade goiana que surge no período é formada tanto por descendentes de portugueses (Ribeiro, 2001), indígenas (Rocha, 1998) e africanos (Karasch, 1996), e caracterizada pelos maus hábitos e violência (Palacín, 2001).

No início do século XIX muitos aspectos começam a mudar na província Goiânia, a exploração do ouro decresce e com ela vários outros setores da economia regional. As causas da decadência, conforme os próprios relatos da época foram a exaustão das minas e os elevados impostos. Os efeitos foram o decréscimo das importações e do comércio interno, falhas na condução das leis e da ordem, pobreza e isolamento. Neste panorama a economia mineradora desaparece e acaba sendo substituída por uma economia agrária, fechada e de subsistência com produção limitada e pouca aquisição de mercadorias. Estas mudanças também realçam a importância de determinadas

famílias que se destacam nos aspectos econômicos e políticos da região, através principalmente do sistema de patronagem.

Durante a primeira metade do século XIX a economia goiana foi um “arquipélago” de pequenos assentamentos sustentados pela mineração residual e agricultura local (McCreery, 1997). Porém, foi na segunda metade do século XIX que o gado tornou-se o carro chefe da economia, e produto de exportação interprovincial principalmente por sua autolocomoção e pouco trabalho necessário (McCreery, 2006). Portanto, na segunda metade do século XIX o progresso econômico da província é atribuído principalmente às plantações e ao gado. Este sistema agropastoril é responsável pela expansão das fazendas no interior e pelas novas vindas de imigrantes para a região.

As fazendas, muito diferentes das minas, são responsáveis pela formação de novas relações sociais e organização geográfica da província. A fazenda Goiânia era diferente de outras fazendas brasileiras na sua formação sócio-produtiva, pois a agricultura de subsistência foi fortemente conectada com a criação extensiva de gado. Desta forma as relações pessoais de suserania e vassalagem, principalmente presente no sistema político caracterizam-se no patriarcado rural onde duas figuras emergem neste panteão social: o agregado e o coronel. Estas práticas econômicas e políticas trazem à superfície as características que muito tempo marcaram o imaginário geral sobre o campo, a subserviência aos costumes, o controle total da família e a lentidão do interior (Estevam, 2004).

O Goiás do final do século XIX é uma região que se torna palco de inúmeras transformações econômicas e sociais, e que mesmo longe dos centros costeiros recebe o choque das modificações da época. Porém, não só seus contemporâneos sentem as modificações da passagem do século, pois este período conturbado também reflete na própria produção da historiografia goiana sobre o período.

A historiografia rural goiana sobre o século XIX pode ser apresentada através de uma amostragem de autores deste universo de produção. Uma historiografia com tom mais político e social foi majoritária durante as décadas de 1970 e 1980, principalmente representada pela história econômica (Palacín, 1972; Bertran, 1978; Costa, 1979; Mattos, 1979; Brasil, 1982). Esta linha historiográfica seguindo a cartilha da época divide a

economia regional em ciclos aplicando uma interseção entre a economia, demografia e sociopolítica, com uma ampla visão sobre as conjunturas.

Uma nova abordagem sobre o mesmo tema começa a ocorrer durante a década de 1990 (Mccreery, 1997), quando o olhar passa da simples comparação entre a economia regional com as áreas costeiras. Esta nova história econômica é também baseada em uma abordagem mais marxista, e em certa maneira contra o modelo geral de exportação como único método de explicação para a condição econômica do centro-oeste no período. A história econômica continua forte até hoje (Estevam, 2004; Mccreery, 2006), porém não com um perfil sociopolítico ou materialista tão acentuado, e que procura uma integração maior entre a economia regional e a nacional.

Por outro lado, tópicos com orientação mais antropológica como subalternos, indígenas ou escravos africanos começam a aparecer na década de 1990 (Karasch, 1996; Rocha, 1998; Karasch, 2005). Estes trabalhos são caracterizados por um discurso contra a história oficial de cunho Europeu-Português que padronizava todas as narrativas históricas. Entretanto estes mesmos autores acabam por usar como fonte primária para seus trabalhos os mesmos documentos oficiais produzidos por estas vozes já conhecidas. Desta forma, estes trabalhos muitas vezes vão ficar marcados por uma abordagem economicista exaltada que reduz interpretações mais políticas ou sociais.

A década de 2000 é marcada pela ocorrência de uma diversidade de assuntos, como as histórias de gênero, institucionais, alimentação e meio-ambiente (Bertran, 2000; Ribeiro, 2001; Sandes, 2001; Silva, 2003; Magalhães, 2004). Estes trabalhos são marcados por uma crítica explícita sobre a história social que usa as narrativas dos viajantes e jornais de época como documentos históricos imparciais. Por outro lado, esta nascente história cultural é caracterizada também por seguir as inovações da Escola dos *Annales* e tentar uma integração entre os aspectos econômicos, sociais e políticos com a mentalidade do período.

Entretanto a abordagem do cotidiano e dos excluídos da história oficial permanece utópica neste fazer historiográfico, uma vez que a verdadeira história vernacular só pode acontecer através de fontes historiográficas menos comprometidas. Desta forma, esta confluência de elementos acaba por se tornar um referencial

imprescindível para o entendimento de um passado recente, porém distante da realidade hoje conhecida.

Goiás no século XIX foi um palco singular de transformações sociais, econômicas e políticas das mais diversas formas, passando de uma sociedade mineradora extrativista para uma sociedade agrária exportadora em menos de um século. Entretanto, foi neste mesmo momento histórico, que velhos hábitos ressurgem na Serra dos Pireneus, e o que poderia ser interpretado como um *revival* do período áureo de exploração foi marcado por uma violenta reação da vila de ex-mineradores e agora fazendeiros. Portanto, o evento a seguir é recontado através do estudo da documentação histórica encontrada no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro¹, o autor tomou a liberdade de sintetizar os relatos assim como ordenar cronologicamente os fatos.

O Evento Conflituoso das Lavras do Abade

O conflito nas Lavras do Abade efetivamente começa por volta das 06h30min da manhã do dia 22 de Março de 1887, quando um grupo de vinte ou mais cavaleiros chegam às portas da vila vindos de Meia Ponte e Corumbá de Goiás. O grupo é então dividido em dois segmentos, o primeiro segmento liderado pelo juiz e delegado do arraial de Meia Ponte fica aguardando do lado de fora da vila, enquanto o restante do grupo liderado por um jovem cavaleiro começa o ataque. Com machadadas o segundo grupo abre o portão da vila que dava acesso à estrada de Meia Ponte e destroem também aproximadamente seis metros dos muros de pedras com ajuda de alavancas de metal.

O principal alvo do ataque era a casa da gerência da mina e residência de Alfredo Arena o dono. O objetivo era destruir e roubar mais de 40 armas de fogo que formavam um arsenal de 23 rifles, 20 espingardas e um revólver. Com os machados em punho o grupo então invade a casa, tanto pela porta da frente como pela dos fundos. Destruindo as janelas de vidro, as portas internas e todos os demais cômodos da casa. O cão de guarda começa a latir, mas este é silenciado com uma facada ou tiro.

Porém, a casa da gerencia não estava vazia como os assaltantes imaginavam devido a providencial viagem de Alfredo Arena ao Rio de Janeiro, mas sim ocupada por

¹Arquivo Nacional – Boullier – Serie Agricultura – Produção Mineral – Companhia de Mineração Goyana: Reclamação para Indemnização – 8R –IA5 – N. 08 – CODES – 1887. Onde foram pesquisadas mais de 300 páginas de documentos corporativos, cartas, ofícios, matérias em jornais, imagens e testemunhos dos funcionários sobre o conflito.

cinco mulheres e um homem. O mineiro que se encontrava na casa durante o assalto tenta reagir, mas é fortemente contido pelos assaltantes. Durante a briga o mineiro consegue esfaquear um dos assaltantes no braço, mas logo em seguida é desarmado e subjulgado pelos demais do grupo. Enquanto a briga acontece em um dos cômodos da casa, nos outros as cinco mulheres tentam escapar cada uma ao seu jeito.

Ao ouvir o primeiro gritos dos assaltantes, um das mulheres corre para sua alcova e começa a encher a mala de roupas, depois disso ela tenta escapar pela porta dos fundos, mas é surpreendida por um escravo e pelo ferreiro de Meia Ponte. Outra mulher consegue sair da casa e foge pelo aqueduto de pedra que passa atrás da casa, encontrando seus filhos, todos fogem por quase quatro quilômetros até a vila mais próxima. No mesmo momento, a escrava lavadeira sai da cantina na frente da casa da gerência e corre até a loja para avisar sobre a chegada dos assaltantes. Aos gritos a lavadeira avisa o mestre dos escravos e ao sapateiro que peguem suas armas para defender a vila.

Pouco tempo depois, uma mulher que tinha escapado de dentro da casa da gerência pela janela da alcova decide retornar a casa contra a recomendação dos outros mineiros. No jardim da frente da casa ela é capturada pelos assaltantes e estes começam a machucar ela, com as agressões a mulher começa a ter um ataque de pânico. A tortura só é interrompida quando um ex-escravo e ex-mineiro da lavra, mas também membro do grupo de assaltantes agride um dos companheiros. Ao mesmo tempo outros mineiros veem em seu socorro, incluindo o mestre de escravos da mina, mas este é detido com uma pranchada de facão na cabeça. Debochando da mulher um dos assaltantes grita que: “Negra não tem chilique, chilique em negra é frescura!” A última mulher também escapa da casa, mas ao fazer isto ela questiona um dos assaltantes: “Por que você veio fazer isto?” E o assaltante responde: “Euvim por ordem do meu mestre ou eu ia ser punido, mas você não me viu aqui, ou eu terei que matar você!”

Dentro da casa da gerência, um dos assaltantes começa a gritar: “É necessário somente roubar as armas de fogo! Como é bom fazer certo o que está errado! Eu estou triste por estar aqui, mas sou um filho da lei e preciso fazer o que ela ordena.” Enquanto primeiro grupo ataca a casa da gerência, um tropeiro que estava na vila tenta alcançar sua mula que esta em um beco. Porém, o tropeiro é impedido pelo juiz e pelo delegado

que matam o cachorro que o acompanhava com um tiro de advertência. O segundo grupo chega então a casa de um dos empregados da mina, para saber o lugar aonde eram guardadas as ferramentas pesadas para poderem demolir o bicamenteque transportava água e o resto da mina. O barracão das ferramentas tem então suas portas abertas a machadadas. Armados de mais machados pesados e alavancas os assaltantes começam a derrubar a estrutura de madeira que sustenta o aqueduto, assim como arrancam pedaços dos tubos de metal que compõem o maquinário de desmonte hidráulico da mina.

Do outro lado da vila, um comerciante de Meia Ponte invade a loja da vila do Abade, derrubando a porta com machadadas. Ele inicialmente procura por fósforos para atear fogo a uma pilha de madeiras que está depositada na frente da serraria. Dentro da loja e armazém, os assaltantes começam a quebrar as janelas e as garrafas de bebida, perfume e medicinais com o cabo das armas, enquanto outros começam a roubar produtos e dinheiro. O fogo se espalha por aproximadamente 1.500 tábuas de madeira nobre, o fogo rapidamente chega ao complexo da serraria e moinho e seu equipamento, mas os mineiros conseguem controlar parte do incêndio.

Durante a saída do grupo de assaltantes da vila, estes roubam uma lata de dinamite e uma caixa de pavios do paiol. Ao final do ataque os assaltantes saem da vila aos tiros e gritos, e por volta das 10h da manhã chegam à igreja do Bomfim no arraial de Meia Ponte. Alguns mineiros não testemunharam o ataque já que estavam na floresta coletando madeira, e não correram até a vila durante os tiros e berros, pois acharam que era uma comemoração do retorno do dono a mina. Enquanto outros que escaparam do ataque observaram à distância o ataque à vila.

Na manhã do dia 23 de Março de 1887 alguns dos assaltantes retornam a Serra dos Pirineus para destruir as represas da mina. Para chegar à área das represas elas atravessam a vila novamente e destroem o portão de acesso a outra vila de Corumbá de Goiás também com golpes de machado. Na represa do Rio das Almas, os assaltantes cortam dois pilares de madeira que suportavam a terra da represa e destroem suas fundações. Os portões de controle da represa para entrada e saída de água também são danificados com alavancas e partes dos aquedutos em pedra são demolidos. Na vila dois assaltantes trazem um carro de boi para roubar três barris de pólvora, e após o roubo

eles também molham toda a pólvora restante no paiol. Na mesma manhã o ferreiro tenta chamar o interino da companhia que mora na capital Vila Boa, mas é impedido pela cheia do Rio Corumbá. Quando retorna a vila e junto com outros mineiros decidem abandonar as Lavras do Abade e pedir asilo em uma fazenda próxima.

Na tarde do dia 23 no arraial de Meia Ponte, um dos assaltantes que tinha roubado três bananas de dinamite resolve fazer uso delas: uma guarda como souvenir, a segunda vende em sua loja, e a terceira atira na frente da casa de seu desafeto. O alvo da terceira dinamite foi à casa do seu vizinho que tinha se recusado em participar do assalto a mina. O mesmo tipo de punição foi também infligido sobre outros moradores de Meia Ponte que não tendo participado do assalto tiveram os vidros de suas janelas quebrados a tiro. Em consequência desses atos alguns moradores de Meia Ponte vão buscar refúgio no arraial próximo de Corumbá de Goiás.

Na manhã do dia 24 de Março de 1887 ocorre o terceiro assalto as Lavras do Abade, agora com uma parada dos assaltantes ao longo da rua principal da vila. Os assaltantes põem fogo no restante do complexo da serraria e moinho e roubam os pertences dos mineiros e equipamentos da mina. Este último ataque tem agora a participação de 35 a 40 homens liderados pelo sargento de Meia Ponte. A resistência dos mineiros remanescentes foi quase nula, nos primeiros minutos do ataque a maioria foi subjulgada. Alguns foram desarmados pela força ou simplesmente pelos gritos dos assaltantes. Enquanto saía de sua casa um dos mineiros foi abordado por um dos seus companheiros que gritava: “Corra! Eles estão destruindo tudo! Eles controlam as portas e janelas, e tomaram nossas armas!”

Dentro da casa do comerciante um mineiro e sua esposa grávida escutam os gritos dos assaltantes: “Mata! Não mata! O que é isso gente?” Quando este mineiro abre a porta para escapar é surpreendido por um dos assaltantes que invadido a casa assegura que não vai fazer mal a ele ou sua esposa. Enquanto isso alguns mineiros se escondem nas grutas do entorno da mina aguardando a oportunidade de poder escapar para a vila mais próxima. No outro lado da vila, a mulher do carpinteiro recebe um tapa na cara de um dos assaltantes porque ela pedira para não queimarem a casa da gerência. Ao mesmo tempo o carpinteiro corre em direção a sua esposa, mas é cercado pelos assaltantes que o miram com suas armas. Enquanto recebe pancadas na cabeça, um dos

assaltantes grita para o carpinteiro: “Cai fora daqui ou morre!” A agressão só é interrompida pela intervenção de um antigo amigo seu e agora parte do grupo de assaltantes.

O carpinteiro então pergunta aos assaltantes: “Que loucura é essa? Por que vocês vieram aqui para roubar e destruir?” Silêncio foi sua resposta e a destruição da vila continuou, desta vez mais selvagem do que anteriormente. O último assalto foi organizado dois dias depois, quando o juiz, o delegado e o sargento armados com mais cinco homens sobem a Serra dos Pirineus para prevenir qualquer “reação”. Eles suportam uma invasão da população do entorno, tanto de Meia Ponte quanto de Corumbá de Goiás, mas a agora mais nada de valor havia sido deixado e o destino das Lavras do Abade estava temporariamente selado.

Fazendeiros Vs. Mineiros na Serra dos Pirineus

O evento ocorrido nas Lavras do Abade pode ser visto como o desmonte de um enclave industrial na economia agropastoril no Centro-Oeste, tudo isto motivado por um forte conflito de classe realizado no âmago das relações de produção do nascente capitalismo brasileiro novecentista. Para tanto, é necessário primeiro caracterizarmos quais eram as relações de produção presentes no momento do evento, porém sem nos aprofundarmos muito em uma exploração sobre o modo de produção vigente. Por isso como teoria e metodologia de análise será utilizada uma leitura direta do materialismo histórico proposto por Marx e reinterpretado por correntes do marxismo estruturalista (Godelier, 1977).

As contradições que surgem nas estruturas sociais acabam por caracterizar a função das relações sociais que podem ser distinguidas entre propriedades internas e atributos externos. O conceito de contradição é baseado na relação entre os opostos, os quais são compostos por relações internas e externas. Da mesma forma estas contradições podem ser antagônicas ou não, sendo caracterizadas por um processo dialético de negação o qual reflete quando a antítese chega ao seu ponto de mudança qualitativo e começa a se tornar a síntese de novas relações (Fluehr-Lobban, 1968).

Na prática podemos observar estes dois fenômenos no conflito das Lavras do Abade, pois no contexto externo temos dois grupos sociais distintos marcados pelos mineiros e pelos fazendeiros. Os fazendeiros tem sua força produtiva marcada pela

agricultura e pecuária, enquanto os meios de produção são representados pelas fazendas e gado, e as relações de produção na classificação de coronel e agregado. A cooperação na produção entre os pecuaristas não é totalmente a mesma que entre os agricultores, porque o meio de produção do primeiro é em parte um sistema móvel de recursos que circula por mercados de maior ou menor valor com grande velocidade. Outra distinção entre os pecuaristas e os agricultores, é que estes últimos possuem mais uma clara divisão de duas classes opostas, entre aqueles que controlam o poder e quem cede o mesmo (Donham, 1999).

No contexto interno das Lavras do Abade por sua vez, podemos identificar que as forças produtivas são representadas pelos processos de mineração, enquanto os meios de produção são a própria mina e o minério extraído dela, e as relações de produção são caracterizadas pelo dono da lavra e os mineiros. O trabalho em si não tem preço, mas sim a força humana, porque nada é mais misterioso do que a diferença entre o valor total de algo criado com a força humana e a fração disto entregue ao seu produtor. Portanto, segundo o próprio Marx, a divisão do trabalho só ocorre com a separação entre a indústria e a agricultura, e por sua vez entre a cidade e o campo (Wessman, 1981).

Portanto, o conflito das Lavras do Abade foi também um conflito de duas formas de ver o mundo, uma iluminada pelo verde dos campos e outra pelo amarelo do ouro. Existem poucos escritos de cunho antropológico por parte Marx e Engels sobre o conflito. Um destes é o princípio dialético de que uma ideia só pode ser totalmente entendida frente ao seu contrário, e através de sua síntese que é o produto de uma tese com sua antítese. Entretanto, conforme Marx a dialética é também aplicada sobre as mudanças sociais, onde a própria sociedade tem uma massa de contradições que acaba por causar suas maiores mudanças (Gosden, 1999).

Desta forma, o conflito das Lavras do Abade pode ser tidocomo um conflito entre forças produtivas no estabelecimento de um modo de produção dominante. Onde de um lado temos os fazendeiros compondo o que podemos chamar de tese, e do outro os mineiros ou que podemos chamar de antítese, resultando em uma “guerra pela água” ou a destruição da vila como síntese. Conforme Marx em certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas em qualquer sociedade, o conflito com as relações de produção

existentes é inevitável. Pois como foi predito no próprio século XIX: “a história de todos os conflitos existentes na sociedade é a história das lutas de classe” (Marx e Engels, 1849).

Bibliografia

Barman, R. J. Citizen emperor : Pedro II and the making of Brazil, 1825-91. Stanford: Stanford University Press. 1999

_____. Princess Isabel of Brazil : gender and power in the nineteenth century. Wilmington: ScholarlyResources. 2002

Bertran, P. Formação econômica de Goiás. Goiânia: Oriente. 1978

_____. História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano. 2000

Bieber, J. Power, Patronage, and Political Violence. Lincoln: University of Nebraska Press. 1999

Birchal, S. R. D. O. Entrepreneurship in nineteenth-century Brazil the formation of a business environment. New York: St. Martin's press. 1999

Brasil, A. A. Súmula de história de Goiás.Goiânia: Unigraf. 1982

Chiochetta, J. C., K. Hatakeyama, *et al.* Evolução Histórica da Indústria Brasileira: Desafios, Oportunidades e Formas de Gestão. Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia. Brasília 2004.

Conrad, R. E. The Destruction of Brazilian Slavery. Berkeley: University of California Press. 1972

Costa, D. M. Lavras do Abade: Estratégias de Gestão para o Patrimônio Arqueológico Histórico em Pirenópolis, Goiás. IGPA, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

_____. Arqueologia Histórica nas Lavras do Abade: Uma Proposta de Gestão do Patrimônio. Anais do Museu Histórico Nacional, v.38, p.71-102. 2006.

_____. Water and War at Pyreneus Mountains: Historical Eco-Archaeology of a Goldmine Village in the end of Nineteenth Century, Mid-Western Brazil. Anthropology, University of Florida, Gainesville, 2010.

_____. Archaeo-Environmental Study of the Almas River: Mining Pollution and the Cerrado Biome in the End of the Nineteenth Century in Midwestern, Brazil. Journal of Archaeological Science, v.38, n.12, p.3497-3504. 2011a.

_____. Arqueologia Eco-Histórica das Lavras do Abade. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira), v.24, n.2, p.143-148. 2011b.

_____. Water and War at Pyreneus Mountains: Historical Eco-Archaeology of Lavras do Abade. Saarbrücken: LAP Lambert Academic Publishing. 2011. 192 p.

_____. Arqueologia da Mineração nas Lavras do Abade: entre propostas e práticas. Vestígios. Revista latino-americana de arqueologia histórica, v.6, n.1. 2012.

_____. Lembrando e Esquecendo as Lavras do Abade: Memórias de um Sítio Arqueológico Histórico. Teoria e Sociedade 2012 (no prelo).

_____. Eco(Arqueo)logia Histórica nas Lavras do Abade: Patrimônio Cultural e Natural. Amazônica. 2013 (no prelo).

_____. Historical Archaeology of LavrasdoAbade: an Environmental Conflict in Nineteenth-Century Brazil. International Journal of Historical Archaeology.2014 (in press).

Costa, E. V. D. 1870 -1889. In: L. Bethell (Ed.). Brazil: Empire and Republic: Cambridge History of Latin America Cambridge. New York: Cambridge University Press, 1993. 1870 -1889

Costa, L. C. B. F. Arraial e Coronel, dois estudos de história social. São Paulo: Cultrix. 1979

Donham, D. L. History, power, ideology: central issues in Marxism and anthropology. Berkeley: University of California Press. 1999

Eakin, M. C. Tropical capitalism: the industrialization of Belo Horizonte, Brazil. New York Palgrave. 2002

Estevam, L. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: UCG. 2004

Fluehr-Lobban, C. International perspectives on Marxist anthropology. Minneapolis: MEP Publications. 1968

Godelier, M. Perspectives in Marxist anthropology. New York: Cambridge University Press. 1977

Gosden, C. Anthropology and archaeology: a changing relationship London and New York: Routledge. 1999

Graham, R. Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil. Stanford: Stanford University Press. 1990

Karasch, M. Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás. In: J. J. Reis e F. D. S. Gomes (Ed.). Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás

_____. Rethinking the conquest of Goiás, 1775-1819 The Americas, v.61, n.3, p.463-492. 2005.

Magalhães, S. M. D. Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Franca: UESP 2004.

Marx, K. e F. Engels. Manifesto do Partido Comunista 1849.

Mattos, R. J. C. Corografia Histórica da Província de Goiás. Goiânia: Gov. de Goiás. 1979

Mccreery, D. Smuggling and the "internal economy" of nineteenth century Brazil: the case of Goiás. The Americas, v.53, n.3, p.333-351. 1997.

_____. Frontier Goiás, 1822-1889. Stanford: Stanford University Press. 2006

Needell, J. D. The Party of Order. Stanford: Stanford University Press. 2006

_____. Brazilian Abolitionism, Its Historiography, and the Uses of Political History. Journal of Latin American Studies, v.42, p.231-261. 2010.

Palacín, L. Goiás 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas. Goiânia: Oriente. 1972

_____. O Século do Ouro em Goiás. Goiânia: Editora da UCG. 2001

Peinado, J., G. C. D. F. Aguiar, *et al.* O Processo de Industrialização Brasileira: Uma Visão Histórica para Engenheiros Mecânicos. VII Congresso Nacional de Engenharia Mecânica e Industrial. Curitiba 2007.

Ribeiro, P. R. Sombras no Silêncio da Noite: Imagens da Mulher Goiânia no Século XIX. In: N. F. Chaul e P. R. Ribeiro (Ed.). Goiás: identidade, paisagem e tradição. Goiânia: UCG, 2001. Sombras no Silêncio da Noite: Imagens da Mulher Goiânia no Século XIX

Rocha, L. M. O Estado e os Índios: Goiás, 1850-1889. Goiânia: UFG. 1998

Sandes, N. F. Memória, Nação e Região: A Identidade em Questão. In: N. F. Chaul e P. R. Ribeiro (Ed.). Goiás: identidade, paisagem e tradição. Goiânia: UCG, 2001. Memória, Nação e Região: A Identidade em Questão

Silva, M. D. C. Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920) Revista Brasileira de História, v.23, n.46, p.123-146. 2003.

Versiani, F. e W. Suzigan. O Processo Brasileiro de Industrialização: uma visão geral. X Congresso Interbnacional de História Econômica. Louvain 1990.

Wessman, J. W. Anthropology and Marxism. Cambridge: Schenkman. 1981

Recebido em Junho de 2013.

Aprovado em Dezembro de 2014.